



**ACÓRDÃO Nº1723/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12295/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Anamã
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Sr. Juscelino Nunes Bastos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6.057/2022-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.
- 10- **Relator em substituição:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anamã. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência. Arquivamento.*

**11- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator em substituição Alípio Reis Firmo Filho, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 11.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Anamã de responsabilidade do **Sr. Juscelino Nunes Bastos**, na condição de Vereador-Presidente e Ordenador de Despesa, referente ao exercício de 2019, em razão das restrições apontadas pela Comissão de Inspeção e não totalmente sanadas, ressaltando-se ainda, que nenhuma das restrições tem potencial lesivo ao Erário, com fundamento no art. 22, II e da Lei nº 2423/96;
- 11.2. **Aplicar Multa** à Câmara Municipal de Anamã de responsabilidade do **Sr. Juscelino Nunes Bastos**, pelas irregularidades não sanadas apontadas na restrição nº 09, com fulcro no art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos). e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR



**ACÓRDÃO Nº1723/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**11.3. Determinar Recomendação** à origem, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM, no sentido de:

**11.3.1** cumprir com rigor os prazos de remessa de dados ao sistema e-Contas;

**11.3.2** adotar um controle de entrada e saída dos materiais adquiridos, mesmo que de consumo imediato, para melhor transparência dos gastos públicos;

**11.3.3** proceder, imediatamente, à instalação do aplicativo específico para que sejam encaminhados os futuros Termos de Contratos de licitações, no sistema e-Contas;

**11.3.4** manter esforços no sentido da manutenção do Portal de Transparência atualizado em tempo real e de maneira organizada, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000;

Ressalte-se que o não adimplemento destas determinações, poderá ensejar a aplicação de multa, por reincidência no descumprimento de determinação deste Tribunal;

**11.4. Dar ciência ao Sr. Juscelino Nunes Bastos**, sobre o teor da Decisão, com cópia do Relatório-Voto e do respectivo Acórdão;



**ACÓRDÃO Nº1723/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**11.5. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as determinações acima.

**12- Ata:** 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**13- Data da Sessão:** 4 de Outubro de 2022.

**14- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**1- Auditor presente e Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**2- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**

Auditor-Relator, em substituição

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**

Procuradora-Geral